

CARNAVAL EM BLUMENAU?

A curta trajetória da Escola de Samba “Protegidos do Galeão”, em Blumenau/SC, na década de 1970.

SARA KRIEGER DO AMARAL*

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das indústrias blumenauenses, na segunda metade do século XX, atraiu diversos trabalhadores para a cidade, porém, após as crises econômicas do final da década de 1970, as vagas de empregos passaram a ficar escassas. A falta de empregos e a não identificação cultural fizeram com que estes migrantes fossem vistos com maus olhos. Mesmo assim, muitos criaram associações objetivando preservar a identidade que lhes agradava.

Após discutir o conceito de identidade, abordando sua formação nas esferas nacional, estadual e local, trabalha-se a contextualização das décadas de 1970 e 1980, considerando os aspectos cultural, político, econômico e social, tendo em vista a dominação política exercida pelo governo militar e, posteriormente, a redemocratização. Concomitante a isto, aprofunda-se o estudo sobre a Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba “Protegidos do Galeão”, instituição formada por migrantes vindos do litoral catarinense, historicamente estigmatizados pelos moradores do Vale do Itajaí, pois, desde no início da colonização, são percebidos como preguiçosos e indolentes. Procura-se estudar os motivos que os levaram a fundar tal entidade, para então, analisar a relação desta com a cidade, a população e o poder público local.

IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO

O debate em torno da questão da identidade aparece de forma mais ampla no final do século XIX, quando os nacionalismos tomam conta das formulações intelectuais e da política mundial. Segundo Hobsbawm “a base dos “nacionalismos” de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas” (HOBSBAWM, 1998:204).

* Graduada em História pela Universidade Regional de Blumenau - FURB.

Seguindo a tendência européia, o Brasil inicia seus estudos sobre a sociedade que o constitui, buscando a formação de uma identidade nacional. Em 1838, criou-se o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, cujo objetivo era “coligir, metodizar e guardar”, para cumprir o papel de “construir a história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, apud, FERREIRA, 1998:139).

O Instituto Histórico produzia uma história oficial e limitada aos interesses da corte, pois era financiado pelo imperador e composto pelas elites intelectual e econômica. Pretendia criar uma história brasileira única e homogênea, privilegiando os heróis da nação e os fatos considerados importantes. Com a proclamação da República, surgiram os Institutos Estaduais, devido à grande diversidade cultural do País. Porém, o objetivo era o mesmo, criar uma história nacional, com certas peculiaridades locais.

Esta homogeneidade pregada pela tentativa de formação de uma identidade é, na verdade, uma construção de quem detém o poder, para excluir quem não atende aos padrões estabelecidos e criados. As identidades podem, portanto, ao longo da história, servir como justificativa para excluir o diferente. A exclusão e a estigmatização das pessoas que não se enquadram no grupo, podem servir para a afirmação da superioridade do grupo dominante, mantendo cada um na posição desejada pelos detentores do poder (ELIAS, 2000:21), pois “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (ORTIZ, 1994:8).

Ainda no final do século XVIII, começam a surgir, na Europa, as idéias de hierarquia racial, que tratavam da evolução dos povos ao longo da história e que se desenvolveram com mais vigor durante todo o século XIX. Três foram as principais: o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo (ORTIZ, 1994:14). Para o Brasil, aceitar essas teorias raciais seria assumir o seu posto de inferioridade. Era necessário explicar o retardo do País em relação à Europa e construir uma nação e um povo brasileiros. O evolucionismo dá, aos intelectuais brasileiros, os elementos para a construção de um Estado nacional. Os conceitos de raça e meio foram fundamentais para a justificativa do atraso brasileiro.

Com a abolição da escravidão o negro passa a ser um trabalhador livre, e, mesmo que menosprezado, a sua existência passa a ser considerada pela elite

intelectual. Passa-se a defender a teoria de que o Brasil era formado pela fusão de três raças: o branco, o negro e o índio; porém o branco sempre teve uma posição superior em relação aos demais.

Já que a civilização européia, que era o ideal de progresso, não poderia ser completamente importada para o Brasil, visto que o clima era outro e duas outras raças compunham a nação, tornou-se necessário encontrar um elemento que servisse de ponto de equilíbrio. “O mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional” (ORTIZ, 1994:20).

Para complementar a dominação branca, a imigração de, entre outros, italianos e alemães foi incentivada pelo governo brasileiro. Esta migração de europeus para o Brasil era adequada para o projeto de branqueamento da população, além de contemplar outros objetivos governamentais, como: a ocupação das terras brasileiras, principalmente no sul e no oeste do país; e o desenvolvimento econômico, através da importação de força de trabalho. Santa Catarina foi um dos destinos destes imigrantes, sendo o Vale do Itajaí a região em que grande parte deles se fixou.

A idéia de que os europeus levariam a civilização para os demais continentes fez com que o autocontrole se tornasse o elemento civilizador que deveria ser inculcado na sociedade, evitando manifestações intensas de sentimentos. As sociedades industrializadas e altamente diferenciadas, como se pretendia tornar o Brasil, exigem das pessoas um autocontrole de sentimentos e ações, que representam em última instância a sublimação e disciplinamento dos desejos. O controle coercitivo dos desejos e a aplicação compulsória da disciplina são onerosos e pouco funcionais para a sociedade industrial, adepta da internalização de normas através de práticas coletivas mediadas pela lógica hegemônica, porque obtém resultados mais permanentes e profundos no comportamento humano (ELIAS, 1997:107-110).

Os alemães se encaixavam perfeitamente nessa ideologia, pois afirmava-se que a raça alemã era superior, e tinha uma capacidade inigualável para o trabalho, principalmente em comparação com os brasileiros. Porém, estes imigrantes não eram alemães, pois a unificação deste País ocorreu apenas em 1871, após a chegada dos mesmos ao Brasil. A união dos vários estados para a formação da Alemanha homogeneizou as culturas dos diversos reinos para a formação de um “povo alemão” e

de uma identidade nacional alemã, influenciando, inclusive, as colônias de imigrantes ou de seus descendentes, localizadas em outros continentes. Influenciadas pelos movimentos de identificação alemã, a imprensa e a população de ascendência germânica, no sul do Brasil, acompanharam a tendência européia, buscando preservar a língua e os costumes trazidos do velho mundo.

Os teuto-brasileiros não queriam abrir mão das suas tradições, justificadas pela “superioridade” alemã, já que as cidades colonizadas por estes apresentavam um grande crescimento econômico, desde o final do século XIX; enquanto as cidades litorâneas encontravam dificuldades para se adaptar à ordem capitalista de produção, recebendo uma imagem negativa (FLORES, 1991:151). Por outro lado, os luso-brasileiros exigiam a aculturação e o reconhecimento da brasilidade pelos descendentes de alemães.

A fama de pessoas de má índole vinculada aos habitantes do litoral catarinense, menos favorecidos economicamente, usada como justificativa para o atraso econômico desta região, comparando-se com o restante do País, contrastava com os moradores do Vale do Itajaí, que se afirmavam mais capazes para o trabalho, demonstrando esta aptidão no progresso econômico da região. É esta prosperidade que avalizava a manutenção da cultura alemã.

Esta preservação da identidade aparece ao mesmo tempo como uma afirmação e várias negações: a afirmação daquilo que se é e a negação de todas as outras possibilidades de ser. Da mesma forma, a diferença trata-se da afirmação daquilo que o outro é, mas também é a negação de muitas coisas, inclusive da igualdade (SILVA, 2000:74-75). A identidade é, portanto, sempre excludente. “Ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar esse processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui” (HALL, 2000:106).

Anos mais tarde, a grande onda do nacionalismo atingiu diversos países do mundo. As décadas de 1920 e 30 foram marcadas por governos ditatoriais e nacionalistas, inclusive no Brasil, através da administração do Presidente Getúlio Vargas. Na tentativa de criar uma identidade nacional brasileira, Vargas proibiu qualquer manifestação diversa da cultura considerada a nacional. A partir de 1935, o governo brasileiro criou uma campanha contra o movimento “germanófilo”. Desta campanha resultou a proibição de publicações em alemão, a criação de leis de

nacionalização do ensino, entre outras ações. Referente à nacionalização do ensino, o governo federal atuava nas escolas, através de festas cívicas, do fechamento de escolas comunitárias alemãs, da obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa etc. (FLORES, 1991:156).

A imposição de uma língua oficial, que surge junto com a imposição das nações, tem papel fundamental no processo de identificação, pois era uma das possibilidades de ligação com a pátria. A identificação configurava-se também como defensora de um território. Os símbolos como hinos, bandeiras, brasões, e, além destes, os “mitos fundadores”, que surgem através de histórias heróicas que inauguram um passado em comum, pouco importando a veracidade dos fatos narrados, aparecem como manifestações culturais e tradicionais que identificam cada nação (SILVA, 2000:85).

O Vale do Itajaí foi uma das regiões que mais sofreu repressões neste período. A língua alemã foi proibida, as escolas foram fechadas e os programas transmitidos nas rádios foram controlados. A população, que até então preservava as características trazidas pelos imigrantes teve que, obrigatoriamente, aprender os costumes nacionais. Os Clubes de Caça e Tiro deram lugar às Sociedades Recreativas e Esportivas, que deixaram de ser locais de prática exclusiva do tiro ao alvo e passaram a realizar outros esportes. Para assegurar o controle, um batalhão de infantaria do exército foi instalado na cidade.

Na tentativa de afirmar que a identidade catarinense convergia com a identidade nacional que se estava querendo criar, em 1948, na cidade de Florianópolis, capital do Estado, foi realizado o “Primeiro Congresso de História Catarinense”, para comemorar o Segundo Centenário da Colonização Açoriana. O congresso propunha-se a demonstrar aos catarinenses e aos congressistas que as tradições açorianas e da Ilha da Madeira permaneciam na Ilha de Santa Catarina, e que apareciam com mais evidência e mais valor que a cultura alemã do Vale do Itajaí, objetivando provar a grande importância dos açorianos na formação do Estado de Santa Catarina (FLORES, 1991:139-140).

O congresso fazia parte de um movimento de busca de identidade, procurando afirmar que o homem catarinense era representado pelo homem do litoral. Tentava-se encontrar um passado que unisse a população litorânea em torno de uma mesma cultura, mesmo que essas tradições açorianas já não fizessem mais parte do cotidiano dos moradores de Florianópolis. As identidades são construídas por pessoas com interesses

específicos, emergindo “no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída” (HALL, 2000:109).

Essa necessidade de afirmar a identidade açoriana surgiu do processo em que a região litorânea do Estado vinha perdendo o status de detentora da história de Santa Catarina para outras povoações catarinenses. Apostava-se na criação de um homem do litoral despreendido do sucesso econômico, pois considerava-se que ele era mais preocupado com a “construção de uma brasilidade em Santa Catarina” (FLORES, 1991:160).

A CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE SAMBA EM BLUMENAU

Na década de 1970 a ditadura militar brasileira, instituída em 1964, viu o seu auge e o início de sua decadência. Neste período iniciou-se o dito “milagre econômico”, que foi um momento de suposto crescimento econômico, possibilitado pelos diversos empréstimos estrangeiros, tanto públicos quanto privados; em que a ordem social era mantida através da repressão. Porém, “os verdadeiros “santos” eram os trabalhadores brasileiros. Eram principalmente eles que, nas fábricas, fazendas e empresas, produziam as riquezas” (FROTSCHER, 1999:126).

Durante todo o período do regime militar, os governos de Blumenau, todos do MDB, formalmente de oposição às elites e constituído por membros de classes estranhas a estas, pretendeu-se democrático, porém tratava-se de uma democracia restrita aos espaços formais tolerados pela ditadura. A experiência democrática era também obstaculizada pelas mediações florescidas de uma política, hegemônica na direção local do MDB, de conciliação entre capital e trabalho. Os prefeitos tornaram-se mediadores das classes sociais, permitindo a participação popular, porém não gerando políticas públicas que atendessem às reivindicações históricas da classe trabalhadora. A existência dos subdiretórios do MDB permitiu a participação popular, sem contrariar os interesses hegemônicos (SIMÃO, 2007:264-265).

Na segunda metade do século XX, registrou-se nesta cidade um expressivo aumento da atividade industrial, principalmente no ramo têxtil, o que ocasionou um crescimento de vagas no mercado de trabalho. A necessidade de força de trabalho superava a capacidade da cidade de fornecer trabalhadores. Essa alta demanda de

empregos somente foi suprida devido à intensa migração de pessoas das diversas regiões do País. Esses migrantes trouxeram para Blumenau outros valores, modificando o modo de vida da população, que ainda se baseava nos resquícios das regras sociais da antiga colônia alemã.

O crescimento das indústrias blumenauenses trouxe diversos turistas para o município. Notando essa oportunidade, o poder público e a iniciativa privada uniram-se para decidir a melhor forma de aumentar, cada vez mais, a atividade turística na cidade. As classes interessadas no desenvolvimento turístico acreditaram que a melhor forma de apresentar um diferencial em Blumenau seria retomar as antigas tradições dos imigrantes alemães, que durante o processo de nacionalização foram ocultadas.

A escolha do termo “restauração”, feito por Maria Bernardete Ramos Flores, parece bem adequada, de acordo com a sua justificativa:

O termo “restauração”, entendemos, é mais apropriado do que o termo “resgate” cultural, pois lida com algo que tem a dimensão do tempo, “Tempos” construídos e vistos nesta organização temporal atual, da forma que se trata o patrimônio histórico, cujas obras arquitetônicas restauradas não exercem a mesma função de outrora. Outros materiais são empregados no trabalho de restauro, outras personagens ocupam seus espaços, outras funções são exercidas em seus interiores, suas fachadas remetem a outros significados (FLORES, 1997:50).

Porém, essa recriação de características antigas (ditas tradicionais) apaga as transformações que ocorreram ao longo do tempo e esquece que outras manifestações culturais exerceram influência na vida daquela comunidade. Trata o local e o tempo como se fossem os mesmos da época em que os imigrantes chegaram (FLORES, 1997:36).

A industrialização e o desenvolvimento do comércio fizeram com que “no decorrer da década [de 1970], a população urbana [subisse] de 86 para 95%. Muitas propriedades rurais deixaram de existir para dar lugar às indústrias que se instalavam no município” (FROTSCHER, 1999: 127). Apenas os bairros Fortaleza e Ponta Aguda, levaram ainda, algum tempo para adquirir caráter urbano. Note-se que “estavam isolados, pois não havia ligação com o Centro. [As terras] permaneceram ainda por longo tempo nas mãos de agricultores e proprietários que não tinham interesse em parcelá-las” (CPU/IBAM/Lions Club. apud FROTSCHER, 1999: 127).

O Bairro Fortaleza aparece como uma das regiões mais tradicionais de

Blumenau, pois, até a inauguração da Ponte Wilson Pedro Kleinubing (Ponte do Tamarindo), na década de 1990, estava isolada do centro, recebendo tardiamente os reflexos da modernidade. Contudo, neste bairro aparecem experiências sociais raras na cidade, além de muito interessantes para o pesquisador da história social, que considera que “as classes inferiores não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado um papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural” (DESAN, 1992:74). É nesta localidade que surge, em 1976, o primeiro centro comunitário de Blumenau, que tinha por objetivo o “caráter representativo, reivindicatório, educativo e beneficente”¹.

Um dos fatores que revela o interesse do poder público local neste bairro, como um lugar que merece atenção especial quanto aos seus eleitores, é o fato de o terreno do Centro Comunitário Esportivo Fortaleza ter sido doado pela prefeitura, no ano de sua fundação. Além disso, com a inexistência das Associações de Moradores, era no Centro Comunitário que as lideranças locais, assim como os políticos municipais, realizavam seus discursos e tinham contato com a comunidade.

Mas este também é o bairro em que surgiu uma escola de samba, justamente num momento em que a cultura alemã começa a ser restaurada, em Blumenau. Diversos times de futebol faziam suas partidas em terrenos particulares nestes arredores. Com a criação do Centro Comunitário, este passou a ser o local de lazer oficial no Bairro. Dentre os times, um, fundado em 1976, era formado por trabalhadores, predominantemente, negros. Estes jogadores eram parentes de um dos membros da primeira diretoria do Centro Comunitário, Astor David, que também era uma liderança política na cidade. A família David, que já havia participado de um time de futebol na sua cidade natal, utilizou o mesmo nome, Galeão Esporte Clube, para batizar o novo grupo que, segundo José Nilton David, trabalhador metalúrgico e membro do time, foi fundado, não para participar da liga blumenauense, mas para jogar em outras cidades do Estado, para passear com a família durante os finais de semana, porém, com a preocupação de estar em condições de trabalhar na segunda-feira, o que representa uma afirmação da condição de trabalhadores.

Quando nós jogávamos [...]sábado em Tubarão, à noite, domingo nós

¹ Conforme estatuto social do Centro Comunitário Esportivo Fortaleza, contido no banco de dados estatutário do NEPEMOS da FURB.

[arrumávamos] um jogo em Laguna ou Imbituba, ou Criciúma. Mas geralmente a gente já fazia o segundo jogo, lá da cidade do primeiro pra cá, pra chegar mais cedo em casa, porque segunda feira a gente trabalhava. O pessoal pegava cinco da manhã na Eletro-aço, outros pegavam as sete. Esse era o nosso time (DAVID, 2008).

Percebe-se um desejo de sair da cidade onde se mora, e se trabalha. Esta busca por sair do município, nos momentos de tempo livre, aponta para um desejo de quebrar a lógica do trabalho, presente em Blumenau, pois, as cidades, em geral, ao se modernizarem, forçam suas populações a se adequarem de forma mais intensa às regras do capitalismo, transformando as relações de trabalho e intensificando a produção industrial.

A cidade de Imbituba, citada como um dos destinos do time, é a cidade de origem de José Nilton David. Esta cidade localiza-se no litoral sul de Santa Catarina, preservando características da cultura litorânea, destacada anteriormente. Quase todos os demais membros da família também vieram do litoral, sendo que a maioria deles era de Garopaba. Portanto, para a população blumenauense, estas pessoas, além de serem negras, portavam as mazelas do homem indolente do litoral, que era caracterizado como um

tipo específico que seria portador de características essencialmente negativas, como a incapacidade, a indolência, a decadência, o atraso, etc., o que contribuiu fortemente para criar um campo de verdades e justificar os desejos de intervenção tutelar das elites” (ARAÚJO, apud, FERREIRA, 1998:119).

A relação com os chamados “brasileiros” (como eram designadas as pessoas que não possuíam ascendência européia definida), representados, principalmente, por pessoas naturais do litoral catarinense, nem sempre era desejada, pois alguns dos antigos moradores de Blumenau, normalmente descendentes de alemães, julgavam-se melhores, mais aptos ao trabalho, mais limpos que os demais. Um exemplo dessa estigmatização é que a existência de propriedades pertencentes aos antigos moradores de Blumenau permitia que estes, além da fábrica, trabalhassem em seus terrenos, plantando e criando pequenos animais. A escassez e o alto preço das terras impossibilitavam os recém-chegados de realizar as mesmas tarefas, sendo chamados de preguiçosos, por apenas trabalharem na fábrica (HILLESHEIM, 1996:17).

A situação dos membros do time, formado na maioria por negros, era ainda pior, pois os afro-descendentes muitas vezes são vistos como mais brutos, agressivos,

incapazes para o trabalho livre que os descendentes de europeus, principalmente porque, após a abolição, não admitiram, de forma eficiente, a valoração positiva que se tentou dar à nova ordem trabalhista, pois desde a instituição da República, “desejava-se, na verdade, que os homens livres internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social” (CHALHOUB, 2005:49).

No ano seguinte da criação do time, decidiu-se formar uma escola de samba, visto que, enquanto não estavam em campo, os jogadores do Galeão tocavam samba. Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba “Protegidos do Galeão” foi o nome dado ao grupo que objetivava ações recreativas, esportivas, culturais, musicais e coreográficas². A diretoria era hierarquizada, contemplando produções voltadas à realização dos objetivos, através das direções de produção social, artística, cultural e de patrimônio. A “‘cultura’ é entendida aqui como uma espécie de recurso, de formas ou alternativas de conduta ou comportamento historicamente disponíveis aos membros de uma determinada comunidade ou classe social” (CHALHOUB, 2005:255).

A intervenção política de Astor David certamente influenciou as lideranças locais, que logo perceberam a oportunidade de obtenção de votos, apoiando a nova sociedade e, inclusive, doando instrumentos e trajes para os desfiles. Os empresários da cidade, patrões dos jogadores, também deram a sua contribuição: “na Eletro-aço a gente ganhou apoio, no Figueiras nós ganhamos apoio, inclusive nosso chefe acompanhava os ensaios, o prefeito Félix Theiss acompanhava os ensaios, e, olha, dia de ensaio tinha mais gente do que a festa do padroeiro da igreja” (DAVID, 2008).

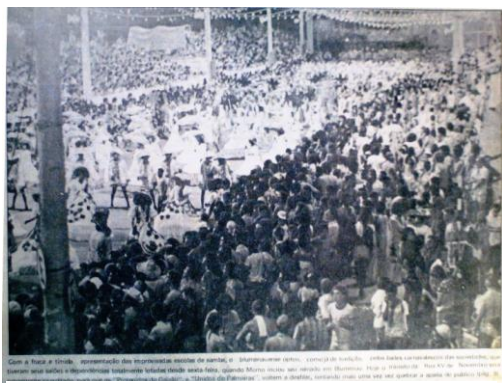
Percebe-se que, além de apoiar, o empresariado e o poder público estavam presentes nos ensaios, pois a institucionalização do lazer, mesmo que na forma de uma escola de samba, permitia um maior controle das atividades realizadas no tempo livre, principalmente porque, desde a libertação dos escravos, o samba sempre fora visto como o ritmo tocado pelos chamados malandros, considerados vadios e praticantes da ociosidade, que no período da ditadura militar era repugnada. O conceito de vadiagem aparece como a inversão de todas as normas que devem ser praticadas pela classe trabalhadora, através da negação de “todos os predicados associados ao mundo do trabalho”, reforçando o “mito da preguiça inata do ‘trabalhador nacional’” (CHALHOUB, 2005:73).

² Conforme estatuto social da Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba “Protegidos do Galeão”, contido no banco de dados estatutário do NEPEMOS da FURB.

O esforço pela possibilidade de escolha das ocupações deste tempo confrontava com o empenho dos empresários e governantes em tutelar as práticas de lazer. Porém, as atividades coletivas não podem ser consideradas apenas instrumentos de controle social e alienação, pois o lazer não é simplesmente determinado por uma elite governamental ou política, nem tampouco é uma atividade livre e idealizada. As práticas de lazer e sociabilidade são “fruto da expressão ativa de relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotidiano das camadas populares” (MELO, 2003:55). Pode-se com isso afirmar que o lazer não se caracteriza unicamente como resistência, nem tampouco dominação, já que existem profundas imbricações entre essas duas dimensões presentes no âmbito da cultura, onde “resistência e contra-resistência caminham sempre de forma conjunta” (MELO, 2003:55).

Blumenau contava com três escolas de samba (Protegidos do Galeão, Unidos do Palmeiras e Unidos de Blumenau), que, durante o carnaval, por três anos, desfilaram na Rua XV de Novembro, no centro da cidade. O incentivo do poder público no ano de 1976, durante o governo do prefeito Félix Theiss, aparece na organização do desfile, feita pela prefeitura, pela presença do governante durante os ensaios, e pelo espaço cedido para o armazenamento dos instrumentos da escola, no estádio Aderbal Ramos.

A gestão seguinte, comandada por Renato Vianna, manteve os desfiles por mais dois anos, porém nota-se sempre um anseio em desvalorizar o carnaval de rua. Durante os três anos em que ocorreram desfiles, diversas notícias a respeito do Carnaval, vinculadas nos jornais locais, enfatizavam as dificuldades por que passavam as escolas de samba e o insucesso dos desfiles devido à falta de apoio dos poderes públicos e particulares, à má organização das escolas e, principalmente, à ausência de interesse e de participação dos blumenauenses, tanto enquanto platéia quanto como membros das escolas. Por outro lado, valorizava-se muito os bailes de carnaval, organizados nas associações dos bairros, que muitas vezes eram Clubes de Caça e Tiro.



Jornal de Santa Catarina – 22 e 23/02/1977 - Capa

Com a fraca e tímida apresentação das improvisadas escolas de samba, o blumenauense optou, como já é tradição, pelos bailes carnavalescos das sociedades, que tiveram seus salões e dependências totalmente lotadas desde sexta-feira, quando Momo iniciou seu reinado em Blumenau. Hoje o trânsito da Rua XV de Novembro será novamente interditado, para que os “Protegido do Galeão”, e “Unidos do Palmeiras”, voltem a desfilar, tentando mais uma vez quebrar a apatia do público (pág. 9).

A foto nos mostra uma contradição, pois, apesar de o jornal contabilizar um pequeno número de expectadores muito tímidos, pode-se averiguar que a imagem exhibe um desfile de rua repleto de foliões na platéia.

Embora houvesse um discurso negativo e mesmo que o poder público já estivesse divulgando as características da cultura germânica, durante este período, ainda permitiu-se manifestações da cultura popular brasileira nas ruas da cidade. José Nilton David nos conta que pouco tempo depois “houve uma pessoa que eu nem quero, nem quero mencionar o nome, que disse que Blumenau é lugar de turista descansar, no Carnaval” (DAVID, 2008). Nota-se um ressentimento na fala de José Nilton que pode ser caracterizado pela aversão a uma dominação e marcado, principalmente, pelo ódio (ANSART, 2004:16), ou seja, há um ódio concentrado em uma pessoa que, por ser um dos representantes do poder público, ficou encarregado de anunciar a decisão de acabar com dos festejos, algo que dava prazer para os foliões.

O fato mencionado mostra que, por interesses políticos e econômicos, os desfiles carnavalescos não foram mais realizados. Sabe-se que uma ação como esta é uma estratégia política do governo municipal e não uma decisão tomada apenas por uma pessoa. Todavia, a pessoa sobre a qual José Nilton David projeta seu ressentimento era o chefe do Departamento de Turismo da época, Francisco Canolla Teixeira, um dos maiores incentivadores da tradição alemã em Blumenau. Em todos os anos, os depoimentos de Canolla sempre foram contrários à realização das paradas carnavalescas, porém, mesmo sem desejar, o chefe do Departamento de Turismo auxiliou a promoção do evento até o ano de 1978. Em 1979, em matéria intitulada “Blumenauenses que gostam de carnaval vão a Florianópolis”, o Jornal de Santa Catarina anunciava que:

Parece que o Carnaval – principalmente o de rua – não “pega” em Blumenau. Já houve diversas tentativas mas reconhecendo o insucesso, o próprio Departamento de Turismo deixou de se preocupar com o Carnaval, este ano. Segundo Canolla, titular do departamento, “quem gosta de Carnaval vai a Florianópolis”. Acrescentou que turistas vem a Blumenau exclusivamente para “curtir” a cidade e descansar (JSC. 25 e 26/02/1979:Caderno 2).

A falta de condições econômicas e a pouca importância dada aos sambistas reflete-se inclusive na escassez da documentação sobre a sociedade. O estatuto nos revela muito pouco e a localização de antigos membros foi bastante difícil. No arquivo, com exceção dos jornais, inexistente documentação a respeito. Enquanto as manifestações culturais organizadas por grupos sociais economicamente dominantes, tais como a Festália e a Festa do Cavalo, tiveram espaço na agenda festiva da cidade, devido, principalmente, ao fato de possuírem condições financeiras para manterem suas associações com o mínimo de auxílio do poder público, os sambistas do Galeão foram impedidos de continuar com seus festejos, pois

A escola ficou dois anos esperando uma oportunidade pra voltar, através da administração pública. [Mas] eles achavam que Blumenau era lugar de turista vir descansar e o turista gostou do carnaval de Blumenau. Só que na troca de prefeito, não foi, né (DAVID, 2008).

Neste período, Astor David adoeceu, ficando impedido de auxiliar a sociedade de samba. O grupo, então, continuava se encontrando, para jogar futebol e para tocar, mesmo sem desfilar no carnaval. A situação piorou quando, em 1983, segundo José Nilton David, todos os instrumentos da sociedade foram perdidos, pois ficaram inundados, no estádio em que estavam guardados. Como os participantes eram todos trabalhadores, não tiveram condições de recuperar, ou comprar novos instrumentos. A cidade que, cada vez mais divulgava a cultura alemã, não tinha mais interesses em promover culturas tão populares como o carnaval e o samba. O carnaval, como festa na qual as extravagâncias e a libertação das sensações reprimidas durante todo o ano são permitidas, perdeu seu sentido, pois a Oktoberfest, criada poucos anos depois, em 1984, assumiu este papel, além de contemplar os objetivos do poder público e do empresariado local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da identidade e de sua criação aparece, desde as suas primeiras manifestações, como uma construção de quem detém o poder, com o objetivo de atender interesses políticos e/ou econômicos. Este ato de criação de identidades ocorre através dos processos de inclusão dos que parecem iguais, e da exclusão de quem não se enquadra nas regras estabelecidas por um determinado grupo social. Este pensamento parece ter ocupado as opiniões dos governantes de Blumenau, na segunda metade do século XX. Com o intuito de atrair turistas, o poder público local passou a divulgar uma cidade homoganeamente germânica, incentivando todas as manifestações que se pretendessem tradicionais. Neste estudo percebe-se que a construção de uma identidade para a cidade de Blumenau buscou camuflar e fazer com que ficassem social e historicamente esquecidos os grupos que não representavam as manifestações culturais em destaque no período.

No caso estudado, em que os membros da associação eram pertencentes às classes populares, o auxílio público e empresarial ficou restrito às vontades e interesses políticos e econômicos. Mesmo que ocorresse um incentivo inicial, quando os interesses de divulgação de uma determinada cultura aumentaram e da manutenção de outras diminuiram, os governantes optaram por incentivar ações que valorizariam a cultura mais interessante a eles próprios.

Não se trata de uma cisão, na elite, a respeito do modelo apropriado de cultura, o que aparece é uma inflexão interpretativa que priorizou determinadas coisas em detrimento de outras. Não são setores dirigentes diversos que tinham propostas diferentes da cultura que oscilaram entre um cosmopolitismo moderno e um germanismo instrumental. A mesma elite que, por interesses financeiros e eleitorais, apoiou uma determinada manifestação de cultura, como a negra, em outro momento, pelos mesmos interesses, determinou a supremacia de uma cultura economicamente instrumental e excluiu as demais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: UNICAMP, 2005.

DAVID, José Nilton. Depoimento: outubro, 2008. Entrevistadora: Sara K. do Amaral. Blumenau: FURB, 2008.

DESAN, Suzane. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Portugal: Difel, 1997.

FERREIRA, Cristina. **Cidadania e Identidade na Sociedade Teuto-brasileira**: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí. Florianópolis, 1998. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – UFSC/SC.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest**: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Editora Contemporânea, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Teatros da vida, cenários da história: a farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina**. São Paulo, 1991. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – PUC/SC.

FROTSCHER, Méri; VEDANA, Lea Maria Ferreira. **Viagens pela Cidade**: o transporte coletivo de Blumenau. Florianópolis: Insular, 1999.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HILLESHEIM, Jaime. **O Cenário Citadino de Blumenau**: imagens criadas e realidade vivida. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em **Serviço Social**), PUC/SP.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Jornal de Santa Catarina. 22 e 23/02/1977. Capa.

Jornal de Santa Catarina (JSC). 25 e 26/02/1979. Caderno 2.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÃO, Vilma Margarete. **Blumenau no Período da Ditadura**: um partido com apoio dos trabalhadores e uma ação governamental voltada aos interesses econômicos. In: Blumenau em Cadernos, Edição Especial de 50 Anos. Blumenau: Cultura em Movimento, 2007.